

# A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário

Gilmar Mascarenhas

UERJ

p. 52-68

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

## Como citar:

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 52-68, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/107148>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.107148>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário

---

## Resumo

Nas últimas três ou quatro décadas, o urbanismo olímpico implicou caros projetos de grande vulto, com impactos de alta visibilidade em questões sociais e ambientais em cada cidade-sede. No entanto, os últimos cinco anos mostram uma crescente consciência global contra o alto investimento público nesses eventos, a violência dos despejos em massa de pobres por interesses de gentrificação e a produção dos chamados “elefantes brancos”. O sistema olímpico tem percebido a crise e decidiu alterar suas regras globalitárias na Agenda 2020. Nosso objetivo é examinar esse novo cenário de transição global e verificar como Rio de Janeiro 2016 pode ser a última edição desse urbanismo olímpico contestado.

**Palavras-chave:** Cidade olímpica. Legado. Globalitarismo. Rio de Janeiro. Transição global.

---

## The making of Olympic City and the signs of crisis in the globalitarian model

---

### Abstract

Over the past three or four decades, olympic urbanism have become large-scale expensive projects, with highly visible impacts on social and environmental issues in each host city. However, the last five years have show an increasing global consciousness against high public cost of these events, the violence in large-scale evictions of poor people under gentrification interests and the building of the so-called white elephants. The olympic system has perceived the crisis and decided change its globalitarian rules, through Agenda 2020. We aim to examine this new scenery of global transition and verify how Rio de Janeiro 2016 may be the last edition of the worldwide contested urbanism olympic.

**Keywords:** Olympic city. Legacy. Globalitarism. Rio de Janeiro. Global transition.

---

## Introdução

Eu chamo globalização de globalitarismo porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata.

Milton Santos

No dia 27 de julho de 2015, uma notícia repercutiu no universo olímpico e esportivo em geral. A menos de três meses do encerramento do prazo para formalização do registro junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a prefeitura de Boston anunciava o abandono, em caráter definitivo, de sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2024. A cidade havia sido escolhida no início do ano pelo Comitê Olímpico estadunidense (USOC – United States Olympic Committee), superando outras três outras pré-candidatas (Los Angeles, Washington e São Francisco), justamente por apresentar um projeto envolvendo baixo custo e bem menor comprometimento do erário público.

Todavia, apesar de palatável ao olhar dos gestores, e adequada à conjuntura que entendemos como de evidente declínio do prestígio do urbanismo olímpico perdulário,<sup>1</sup> a candidatura de Boston não conquistou a esperada adesão entre os cidadãos locais, que não acreditaram nas promessas de um megaevento com baixo uso de recursos públicos. Segundo a BBC estadunidense, os cidadãos estão preocupados com o possível uso do dinheiro público para cobrir gastos incontrolláveis, que segundo grupos de oposição “em muito ultrapassariam o orçamento inicialmente previsto de 4.6 bilhões de dólares”.<sup>2</sup>

O ocorrido em Boston não é fenômeno isolado, tampouco surpreendeu aos mais atentos às tensões em curso no seio do movimento olímpico. Ao contrário, nos últimos anos, temos presenciado um conjunto de reações similares e em série, processo absolutamente inédito na história dos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, cidades como Annecy, na França (um dos primeiros casos a ganhar repercussão mundial),<sup>3</sup> Oslo, Munique, Saint Moritz-Davos, Roma, Cracóvia, Graubundem (Suíça), Lviv (Ucrânia, embora movida, sobretudo pela conjuntura geopolítica de confronto bélico), Estocolmo, Baku e Toronto recusaram ou mesmo abandonaram candidaturas olímpicas, quase sempre a partir de intensa contestação popular. Não obstante a diversidade de situações envolvidas em cada

1 Referimo-nos a um modo de produzir Jogos Olímpicos pautado em exigências estritas do COI e sobretudo inserido no modelo empreendedorista (Harvey, 2005, 2011; Vainer, 2011) de gestão urbana, como se verá ao longo do texto. Quanto à expressão “urbanismo olímpico”, foi criada pelo geógrafo catalão Francesc Muñoz (1996) para designar os pressupostos e o modo de planejamento urbano voltado para a preparação da cidade-sede nos eventos olímpicos.

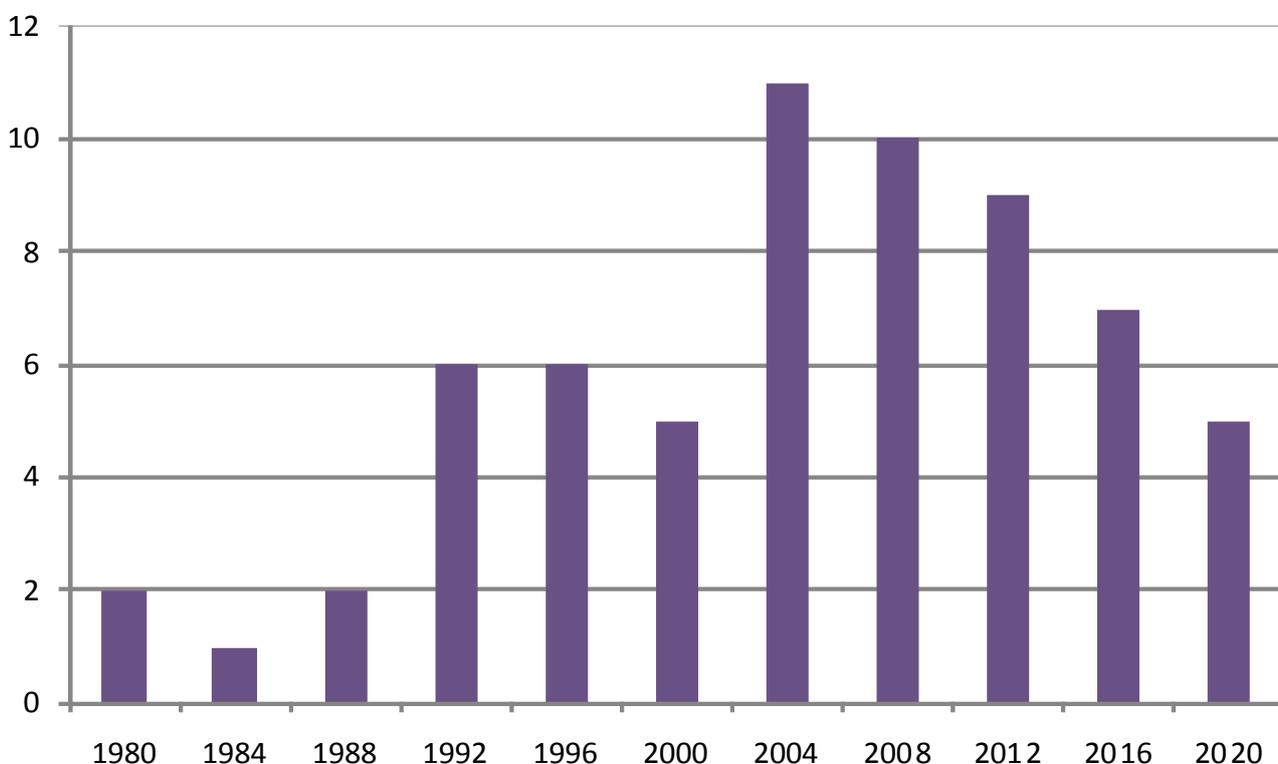
2 “One concern of local opposition groups was the cost of the Games would have risen far higher than the estimated \$ 4.6 bn (£3 bn)” (Boston [...], 2015).

3 Vídeos disponíveis no site Youtube registram a formidável campanha “antiolímpica” de Annecy em 2010. Por exemplo, em Mobilisation [...] (2015).

caso, em comum percebemos as recorrentes críticas aos “elefantes brancos”, aos gastos públicos exorbitantes ou incontroláveis, às promessas de legado jamais cumpridas e aos impactos indesejados, geralmente de natureza ambiental ou relativos aos “distúrbios” (sobretudo as remoções forçadas) provocados pelas obras.

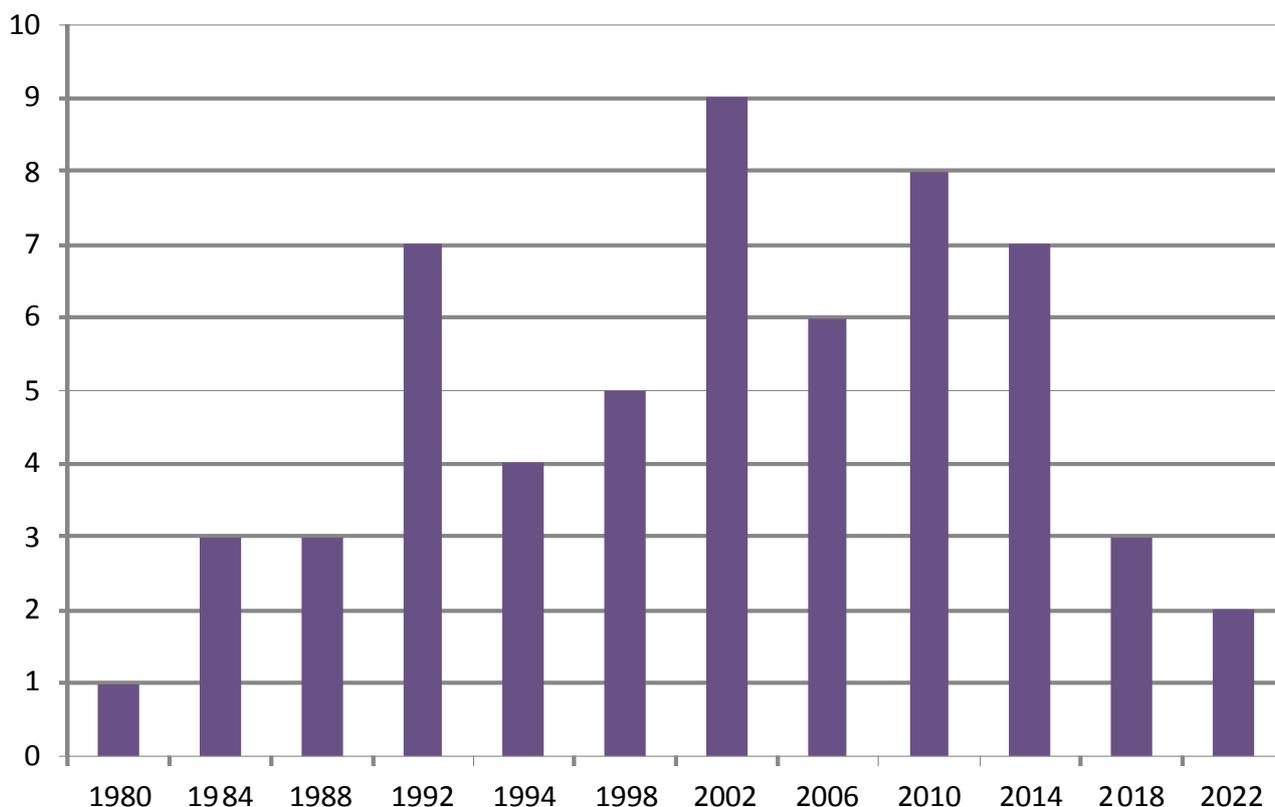
Além do propalado quadro de recessão econômica internacional, o “movimento antioímpico”, como alguns preferem chamar (Boykoff, 2014; Lenskyj, 2008), muito contribuiu para produzir este novo cenário que resultou na drástica redução do número de candidaturas olímpicas (que vinha crescendo rapidamente em volume desde o final dos anos 1980)<sup>4</sup> conforme se percebe nos dois gráficos a seguir, e levou o COI a finalmente repensar suas exigências para as cidades postulantes. Foi assim que a 127ª sessão ordinária do COI, realizada em Mônaco, em dezembro de 2014, aprovou a Agenda 2020 (International [...], 2014), que, embora muito timidamente, flexibiliza algumas das exigências e sinaliza claramente a possibilidades de reduzir os custos do evento. E mais recentemente, na Assembleia Geral do COI realizada em agosto de 2015 na Malásia, ficou decidida a supressão das etapas eliminatórias no processo de eleição das cidades-sede olímpicas, o que entendemos como expressão direta da supracitada redução do volume de candidaturas.

### Gráfico 1 – Quantitativo de cidades postulantes aos Jogos Olímpicos de verão – 1980-2020



4 É sintomático que apenas duas cidades tenham se candidatado a sediar os Jogos Olímpicos de Inverno 2022: Pequim (vencedora) e Almaty, no Casaquistão.

## Gráfico 2 – Quantitativo de cidades postulantes aos Jogos Olímpicos de inverno – 1980-2022



fonte: Comitê Olímpico Internacional e Horne e Whannel (2012).

concepção: Gilmar Mascarenhas.

elaboração: Natasha Souza e Bianca Lyrio.

Nota-se claramente o acentuado declínio do número de candidaturas olímpicas nos últimos anos.<sup>5</sup> Cumpre registrar que os Jogos de 2020 registraram um número recorde de cidades que cogitaram apresentar candidatura mas desistiram no percurso: Brisbane (Austrália), Cairo, Berlim, Budapeste, Nairobi, Delhi, Guadalajara, Kuala Lumpur, Casablanca, Durban, Toronto, Paris, Praga, Dubai, Lisboa, Bucarest, Bursan (Coreia do Sul) e São Petersburgo. Não fossem todas essas desistências, teríamos disparado o maior número de candidaturas na história dos Jogos, totalizando mais de 20 cidades. Nossa avaliação dessas expressivas pretensas postulações e desistências recorre à constatação de dois processos em andamento na conjuntura de início do segundo decênio do século XXI: por um lado, os Jogos de Londres 2012, sinalizando uma inédita redução de gastos e, assim, rompendo uma curva ascendente que parecia implacável e que ia progressivamente tornando mais difícil realizar uma Olimpíada. Por outro, arrependendo essa breve “euforia” quanto à possibilidade de candidaturas de orçamento mais modesto, sobreveio a ascensão do movimento antiolímpico, contestando radicalmente os propalados benefícios e legados dos Jogos.

<sup>5</sup> Importa registrar que as sedes são escolhidas com sete anos de antecedência, de forma que as cidades se mobilizam e produzem seu projeto olímpico pelo menos oito ou nove anos antes da Olimpíada que almejam sediar.

É justamente este contexto de transição e de acirramento das tensões e contestações no âmbito do sistema olímpico que pretendemos avaliar neste artigo, mobilizando um arcabouço teórico-conceitual baseado principalmente em Milton Santos e David Harvey. Os autores não problematizaram diretamente o sistema olímpico e seus referenciais urbanísticos, mas nos fornecem ferramentas para pensar criticamente a globalização e suas imbricações com as formas de produção e gestão do espaço urbano. O sistema olímpico, por sua dimensão e alcance planetários, bem como por sua articulação explícita com grandes corporações globais (patrocinadores), emerge em nosso quadro analítico como agente e vetor particular da globalização.

O COI estabelece para as cidades que desejam sediar eventos olímpicos um rigoroso pacote de exigências, que muitas vezes fere princípios básicos de autonomia dos Estados nacionais. Estamos falando de verticalidades e horizontalidades (Santos, 1996) imbricadas na produção e gestão do espaço urbano das cidades-sede. Verticalidades relativas à forma como se posiciona o sistema olímpico (composto pelo COI e suas federações nacionais, bem como a poderosa rede mundial de empresas patrocinadoras e todo o aparato midiático envolvido), impondo às cidades e aos países um certo modelo de urbanismo olímpico traduzido em rigoroso pacote de exigências e determinações, algo que propomos incluir no *globalitarismo* de que fala Milton Santos (2000). E vemos horizontalidades na forma como os diferentes lugares, com suas singularidades e dinâmicas próprias, acolhem ou enfrentam tais exigências, no processo de fabricação dos projetos olímpicos e na tessitura das políticas urbanas, no contexto das tensões sociais locais envolvidas.

O texto se estrutura assim: primeiramente, considerando as transformações no urbanismo olímpico e as decisões recentes do COI, argumentamos pela possível falência do modelo de cidade olímpica vigente; num segundo momento, para apresentar a natureza do urbanismo olímpico contemporâneo, trazemos aspectos centrais do projeto Rio de Janeiro 2016, nele identificando a predominância do modelo autoritário, neoliberal e espetacular contestado pelo movimento antiolímpico. Nas conclusões, retomamos um conjunto de fatos recentes para propor um cenário de transformação, com potencialidade para redução dos impactos e dos custos de cada evento, bem como a possibilidade de relativa democratização (redução do autoritarismo em diversas escalas) no processo de produção da cidade olímpica.

## Um modelo contestado

Inicialmente, cumpre frisar o poder do olimpismo na reestruturação urbana contemporânea (Andranovich; Burbank; Heyng, 2001; Haynes, 2005; Holz, 2011). Desfrutando de bilhões de espectadores, essas cidades se transformam momentaneamente no admirado centro das atenções em escala planetária. Esse poder se apoia na profunda reformulação sofrida pelo olimpismo a partir de 1980, na gestão do catalão Juan Antonio Samaranch (1980-2001), que impulsionou a comercialização milionária dos Jogos Olímpicos. Segundo David Harvey (1993, p. 88), “o espetáculo sempre foi uma potente arma política”, e este se intensificou nos últimos anos, como forma de projeção e controle social na cidade, no contexto da ascensão do modelo de gestão urbana empreendedorista (Harvey, 1996; Compans, 2004; Vainer, 2000).

Mascarenhas (2004, 2010, 2011) aponta a profunda transformação ocorrida no modo de produzir a cidade olímpica no transcurso do século XX. Examinando várias edições dos Jogos, percebeu o quanto o urbanismo olímpico de nossos dias extrapolou em muito aquilo que seria um conjunto razoável (e muito menos oneroso que o atual) de instalações (esportivas e habitacionais) e de infraestrutura geral para acolher satisfatoriamente o evento. De um lado, a crescente lista de exigências do COI; de outro, o advento do modelo de cidade empreendedorista para, juntos, produzirem edições monumentais e muito onerosas dos jogos.

Basicamente, correndo o inevitável risco da simplificação, podemos falar em cinco momentos na evolução do urbanismo olímpico:

- 1) O período inicial, 1896-1912, marcado por incertezas, experimentações e elevado grau de improvisação, embora com acelerado ritmo de transformação a cada edição dos Jogos;
- 2) O segundo, no pós-guerra, de 1920 a 1932, de afirmação do movimento olímpico, assinala a consolidação de um “pacote” regular de intervenções urbanísticas, incluindo a construção de vilas olímpicas;
- 3) A seguir, o longo período 1936-1980, de forte teor político e nacionalista, corresponde a grandes investimentos estatais, porém socialmente referenciados, isto é, baseados na preocupação efetiva com legado esportivo comunitário e no aspecto habitação social, sobretudo no âmbito do Welfare State; período também acentuadamente marcado pela Guerra Fria (pós-1945), contexto que promoveu boicotes e limitações ao evento.
- 4) De 1984 a 2000, correspondendo ao período de avanço neoliberal em escala global, temos um urbanismo olímpico mais focado no *city marketing* e em grandes intervenções no espaço urbano claramente associadas a grandes interesses empresariais, mas ainda sem verificar contestações mais contundentes, devido a euforia predominante com a imensa espetacularização dos jogos, com destaque para Barcelona (1992);
- 5) Por fim, o período atual (2004-2016) mantém e potencializa os princípios neoliberais e mercadofílos do momento anterior, com elevação das exigências do COI (beneficiado pelo volume crescente de candidaturas), aumentando os gastos e acirrando o gigantismo dos Jogos, mas gerando contestação generalizada deste modelo “monumental”, “espetacular” e “perdulário”.

O período 1936-1980, portanto anterior ao advento do empreendedorismo urbano de nossos dias, produziu, em alguns casos, legados interessantes para a qualidade de vida urbana, prevalecendo elevado grau de reaproveitamento dos equipamentos preexistentes, ou edificação de equipamentos sem maiores exigências ou desejo manifesto de monumentalidade opulenta (como vemos nos atuais objetos icônicos, assinados pelo *star system* da arquitetura global), e que posteriormente foram incorporados ao uso cotidiano, em políticas públicas de expansão das práticas esportivas de base. Mas este salutar comedimento orçamentário estava em crescente desacordo com os princípios da “máquina urbana de crescimento” (Logan; Molotch, 1990) e da crescente espetacularização das cidades (Harvey, 2005).

Cumprir registrar que, não obstante apresentarem elementos de espetacularização, turistificação e apropriação privada de recursos públicos, os Jogos de Barcelona (1992) continham aspectos do modelo anterior, posto que o projeto foi concebido em 1986, no âmbito de uma gestão municipal de esquerda, preocupada em aprimorar a distribuição espacial dos equipamentos urbanos. Barcelona contava desde 1976 com um plano diretor de âmbito metropolitano e produzido no contexto de redemocratização pós-franquismo, e assim realizou a façanha de conjugar a natureza e as elevadas exigências dos jogos na era Samaranch com os objetivos fundamentais da gestão urbana voltada para equipar a periferia metropolitana, dotando-a de maior acessibilidade e serviços públicos, com base em princípios de justiça social.<sup>6</sup> Barcelona apresenta um caso que entendemos como raro na recente história do urbanismo olímpico, de efetivo incremento do acesso popular às práticas esportivas como legado do evento a curto e médio prazo (Amaral, 2015, p. 12).

Nesse sentido, no período atual, o movimento olímpico (incluindo, como agentes ativos, as diferentes cidades-sede em seu respectivo momento) investe fortunas em estratégias discursivas e diversas formas de *marketing* em favor da boa imagem dos Jogos, visando legitimar o imenso aporte de gastos públicos. Recorrendo ao poderoso e clássico simbolismo do esporte como fator de saúde, regeneração humana e união dos povos, o olimpismo investe na produção de narrativas que aliam esse simbolismo discursivo às promessas mais recentes (das últimas três décadas): promoção global da imagem urbana, atração de turistas e capitais estrangeiros, produção de sinergias, geração de empregos, aumento da autoestima cidadã e diversos outros supostos benefícios devidos aos grandes eventos. Milton Santos (1996, p. 101-102) nos alertava para a crucial importância da dimensão simbólica na era atual do capitalismo, agindo na produção do real: “[...] a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. [...] A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real”.

Todavia, outras realidades se impõem como contraponto ao discurso dominante. Desde os Jogos de Montreal (1976) e culminando com a faustosa edição de Atenas (2004), multiplicam-se os casos de elevado desperdício de recursos públicos, com endividamento e produção de legados altamente comprometedores. A rápida expansão da *internet* e suas redes sociais favorecem a difusão de imagens e informações que contestam radicalmente o atual discurso olímpico. E para agravar o quadro, a crise econômica pós-2008 acentuou a crítica ao modelo perdulário e monumental vigente no urbanismo olímpico. Assistimos assim à elevação do tom das vozes dissonantes, gerando a série de contestações e desistências recentes das candidaturas citadas na introdução deste artigo.

Entendemos que a difusão quase planetária de uma consciência antiolímpica pode ser considerada expressão da possibilidade verificada por Milton Santos (2000, p. 21) diante da globalização: a universalidade empírica de nossos dias, isto é, nossa capacidade inédita de, pelo avanço das técnicas, monitorar os acontecimentos em escala mundial, nos permite também

---

<sup>6</sup> Instalações específicas como o ginásio de basquetebol e o de hóquei e o estádio de beisebol foram edificadas em pequenas cidades vizinhas (respectivamente Badalona, Terrassa e Viladecans), consideradas carentes desse tipo de equipamento. Vale registrar que, dos 43 equipamentos usados no evento, apenas 15 foram construídos na ocasião. Em outras palavras, privilegiou-se o aproveitamento do parque esportivo já existente, remodelando-o quando necessário, reduzindo assim o custo do evento (Truñó, 1996, p. 53-55).

produzir novos relatos, metanarrativas que se contrapõem aos imperativos da globalização perversa, apontando caminhos para “uma outra globalização”. De fato, as mídias sociais difundiram tudo aquilo que as grandes corporações midiáticas escondiam sobre cada megaevento esportivo: os conflitos, por vezes violentos, as denúncias e as dramáticas imagens posteriores do imenso desperdício de recursos públicos, em legados altamente comprometedores, como no caso de Atenas: cenário fantasmagórico de ruínas e abandono dez anos após o evento.<sup>7</sup>

A expansão de ativismos sociais e de uma consciência planetária contrária a certo modo faustoso de produzir cidades olímpicas tem afetado, a nosso ver, as decisões e estratégias do movimento olímpico em escala mundial. Desde o início do século XX se nota no âmbito do COI a preocupação explícita para com o chamado “legado” dos jogos. Ao mesmo tempo, escolhas como a de Londres (2012) e Tóquio (2020) parecem corresponder ao receio de se repetir continuamente edições de grande impacto (ambiental, social e político) como as de Atenas (2004) (que certamente “acenderam a luz vermelha”, de alerta ao olimpismo), Pequim (2008) e Rio de Janeiro (2016).

Não por acaso, é possível claramente notar neste século XXI um deslocamento espacial dos megaeventos esportivos no sentido da periferia emergente do sistema mundial, notadamente para os chamados Brics e, mais recentemente, para o mundo asiático: além dos já citados Jogos do Rio de Janeiro e Pequim, temos as edições de 2010 (África do Sul), 2014 (Brasil), 2018 (Rússia) e 2022 (Qatar, em detrimento do favoritismo estadunidense) da Copa do Mundo de Futebol Masculino, bem como outros eventos: os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 (Sochi), 2018 (Pieyongchang) e 2022 (Beijing), assim como os Jogos da Commonwealth (Delhi, 2010). Esse deslocamento não sinaliza apenas a predisposição de determinados países de rápido crescimento econômico a alcançar maior projeção internacional pela exibição de seu poderio emergente, mas também a estratégia da Fifa e do COI de recorrer a países nos quais, supostamente, encontrarão menos resistência por parte da sociedade civil, sobretudo por questões de cultura política ou por contar com governos autoritários desejosos de legitimação no cenário global e mesmo no plano interno.<sup>8</sup>

A seguir, percorreremos rapidamente o caso Rio 2016, visando colocar em debate este modelo, avançar na reflexão sobre seus custos (econômicos, políticos, sociais e ambientais) e prospectar os horizontes de transição.

## **Rio de Janeiro: projeto de cidade espetacular**

Antes de mais, cumpre registrar alguns elementos da conjuntura olímpica internacional na qual se inscreve a escolha do Rio de Janeiro para sediar a primeira edição sul-americana dos jogos olímpicos. Pequim 2008 visou claramente rerepresentar a China ao mundo como nova potência, reluzente e grandiosa, promovendo a mais cara edição da história dos Jogos até então: a cidade sofreu uma verdadeira “maquiagem olímpica” para esconder do mundo tudo aquilo que faz parte de seu cotidiano, mas que é considerado impróprio para a imagem civilizada da “nova China” (Broudehoux, 2007). A maquiagem incluiu a remoção de mendigos, prostitutas

7 Diversos sítios na web divulgam os estragos decorrentes dos Jogos de Atenas 2004. Entre outros, Bloor (2014).

8 “This may well represent the future of Olympic bidding – cities in countries who will spend any amount to run a Games hoping to make an international political statement” (“The Olympics [...], 2015).

e retirantes das ruas, alguns sendo mantidos em prisões prorrogadas ou abrigos e outros sendo mandados diretamente para campos de trabalho compulsório. Vendedores ambulantes tiveram seus produtos brutalmente confiscados (BHP Billiton [...], 2015). Em suma, conjugada à violência praticada pelo governo chinês, a miséria urbana estrutural compõe o quadro deplorável dos excluídos da festa olímpica.

O projeto de candidatura de Londres 2012, por sua vez, foi concebido na primeira gestão de Ken Livingstone (2000-2004), candidato independente, oriundo do Labour Party, mas que dele havia se afastado por dissidências ideológicas, reconhecido como “The Red Ken”. Os organizadores dos jogos, reunidos na Olympic Delivery Authority (ODA), jamais negaram ter em Barcelona a inspiração principal, por sua capacidade de regeneração urbana e seu “planejamento de longo prazo que colocou a cidade em novo rumo” (Barrett; Dyckhoff, 2012, p. 24). Mais do que isso, Londres anunciava sua preocupação social ao eleger uma área periférica e deprimida para ser o centro dos jogos e, por meio deles, ser completamente regenerada. E com índice relativamente baixo de remoção de residentes, sendo o local ocupado majoritariamente por galpões e fábricas fechadas, além de terrenos “contaminados”, como um típico “Brown-field”.

Mas os Jogos de 2012 também dialogam, de alguma forma, com o projeto maior, gestado nos anos do thatcherismo, que tornou Londres uma verdadeira *global city*, centro financeiro de primeiro escalão. Como advertiu Doreen Massey (2007, p. 62), a retórica da proclamada “reinvenção de Londres” apostava numa troca simples e muito “benéfica”: substituir o velho proletariado fabril e os estivadores por uma nova classe trabalhadora, moderna, limpa e bem vestida, ocupada no terciário superior, em especial no setor financeiro. Mas se esqueceram de dizer que essa mudança implicava elevação brutal dos preços da terra urbana e, portanto, maior periferização dos pobres, estes, aliás, excluídos do novo mercado de trabalho. A Londres reinventada pelos liberais é uma cidade dividida (Massey, 2007, p. 72) entre a vitrine reluzente do moderno e as zonas obscuras da pobreza e do desemprego.

O projeto olímpico Rio 2016, em grande parte, reproduz a perspectiva da cidade empreendedorista e de jogos olímpicos “espetaculares”. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu os Jogos Panamericanos de 2007, a exceção de um detalhe fundamental: se fortaleceu a partir da inédita coalizão nos três níveis de governo (local, estadual e nacional). Esmagada pelo poderio dessa coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas reagiu pela mobilização popular: o Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: o mito do evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana, e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor, pacificação e disciplina (Mascarenhas; Bienenstein; Sánchez, 2011).

Quanto à dimensão físico-territorial, mantiveram-se o desprezo absoluto pela periferia metropolitana e a concentração espacial das instalações no entorno da Barra da Tijuca. Todavia, o projeto foi alterado significativamente, mesmo após a confirmação da cidade como sede dos jogos: uma poderosa articulação entre o setor empresarial e órgãos governamentais

gerou um grande projeto de reforma da zona portuária da cidade. Como pretexto para empreender essas transformações, decidiu-se que ali seriam instaladas as vilas de mídia e de árbitros. Considerando os limites deste artigo e que o conjunto das demais áreas e instalações tem sido alvo de diversos estudos e publicações (Vainer, 2011; Bienenstein; Sánchez; Mascarenhas, 2012; Santos Jr.; Gaffney; Ribeiro, 2015), bem como processos de militarização do espaço urbano diretamente relacionados ao grande projeto olímpico (Freeman, 2012), nos deteremos na zona portuária e na Barra da Tijuca, as duas principais áreas impactadas pela realização dos jogos.

Considerada zona urbana obsoleta desde o início do processo de modernização (a “containerização”) e preenchida em grande parte por galpões abandonados e habitação de baixa renda, a zona portuária há muito vinha despertando a cobiça empresarial, interessada em modelos e experiências internacionais “bem-sucedidas” de reforma/requalificação/revitalização/renovação (terminologia desprovida de conteúdo crítico) das áreas portuárias (Baltimore, Londres, Puerto Madero e tantas outras). E assim, aproveitando a febril conjuntura “olímpica”, uma grande articulação de interesses estatais e privados no Rio de Janeiro propõe a retomada do contato da cidade com a orla, evidentemente imbuída de sofisticação e monumentalidades, sob a denominação Projeto Porto Maravilha. Sem abrir canais de diálogo com a população residente ou com entidades da sociedade civil carioca, o projeto constitui um gigantesco pacote de intervenções. Vale registrar que, sendo uma grande área urbana em que predominam terrenos públicos, poderia ter sido palco de um megaprojeto de habitação social, oferecendo aos trabalhadores proximidade com a área central.

Nesse processo avassalador, a remoção de moradores adquire tons dramáticos, sobretudo no Morro da Providência (Braathen; Sorboe; Mascarenhas, 2014). Além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários. O caso da Vila Autódromo, comunidade vizinha ao Parque Olímpico, tornou-se paradigmático pela longa resistência organizada, inclusive apoiada pela universidade (Ippur-UFRJ), na formulação de um Plano Popular. Após seguidas vitórias no embate político, a comunidade não resistiu à força empreendida pela gestão municipal nos últimos meses (entre maio e julho de 2015). No momento, das 700 casas originalmente existentes, poucas restam no local, que se transformou no símbolo maior da resistência antiolímpica na cidade, hoje completamente devastado pela ação governamental.

Além de acelerar o avanço do setor imobiliário e de toda uma concepção urbanística já superada, baseada no automóvel particular, a opção pela Barra da Tijuca como “coração dos Jogos” favoreceu grandes agentes privados atuantes no local e promoveu intensa degradação ambiental, com destaque para o campo de golfe.<sup>9</sup> Além de todos esses impactos, esse processo tem outros agravantes. Por um lado, a política de transporte intrametropolitano, considerada pelo discurso oficial um dos principais legados dos Jogos, concentrou todo o planejamento em torno da Barra da Tijuca como suposta “nova centralidade” da cidade. Criaram-se três grandes

<sup>9</sup> A despeito de ampla contestação de ativistas, o campo de golfe olímpico está construído em área de proteção ambiental, a Reserva de Marapendi. O projeto envolve interesses privados do setor imobiliário, com a construção de gigantesco empreendimento favorecido por alteração das normas urbanísticas no local.

vias urbanas, todas com faixa exclusiva para corredores de ônibus (os chamados BRT, ou *bus rapid transit*), o que a princípio responderia a demandas sociais de transporte público de maior velocidade. Todavia, além da persistência no modelo rodoviário (poluente e de baixa eficácia em termos quantitativos), todas as três vias partem da Barra da Tijuca, como se esse bairro tivesse subitamente se transformado no novo centro da cidade. Só muito mais tarde, após severas críticas por parte de especialistas e movimentos sociais, o poder público reconheceu que não se havia contemplado o principal fluxo cotidiano de deslocamento de trabalhadores, decidindo então pela construção de um quarto corredor, o da avenida Brasil.

Também o sistema de transporte sobre trilhos, o metrô do Rio de Janeiro, foi gravemente afetado pela eleição da Barra da Tijuca como centralidade e por toda uma concepção mercadofila, senão míope, de gestão da infraestrutura urbana. Reconhecidamente de alcance deveras limitado, o metrô da cidade há muito carecia de investimentos para expansão, com novas linhas previstas muito antes da candidatura olímpica. Com o advento dos Jogos, o poder público decidiu subitamente alterar o projeto anterior, alimentado há décadas, de modo a expandir o sistema até a Barra da Tijuca, ignorando necessidades de tantos outros bairros (sobretudo periféricos) e aspectos técnicos fundamentais: a invenção de uma linha contínua (prolongamento da Linha I) de longa extensão desde o Centro da cidade até a Barra da Tijuca, sem conexões que permitam desafogo, vai certamente gerar problemas crônicos de superlotação.<sup>10</sup>

Segundo vagos pronunciamentos oficiais,<sup>11</sup> os Jogos custarão em torno de R\$ 40 bilhões, sendo mais da metade (R\$ 25 bilhões) destinada ao Plano de Legado do evento, que, como procuramos demonstrar, tem sérias distorções, relativas à concentração de investimentos em modalidades poluidoras e menos eficientes de transporte (o BRT) e em áreas urbanas bem menos carentes de infraestrutura, o que decorreu sobretudo da escolha da Barra da Tijuca como centralidade do evento. A desvalorização cambial frente ao dólar permitirá um “efeito” favorável à publicidade do projeto Rio 2016 – já que o custo final provavelmente não ultrapassará o das duas últimas edições dos Jogos –, mas não devemos esquecer que, durante os anos de preparativos, o volume consumido, em dólares (parâmetros cambiais de então), pode ter superado o gasto total de tais edições. Mais graves ainda são as perdas ambientais e sociais, difíceis de estimar, incluindo 70 mil trajetórias individuais marcadas para sempre pela remoção que rompeu laços comunitários e identitários, desorganizou vidas e promoveu um processo de acentuada periferização das camadas populares, que assim veem reduzido seu direito à cidade. Sem mencionar o alto índice de remoções, estimado atualmente em 67 mil pessoas afetadas (Faulhaber; Azevedo, 2015).

Enfim, pela amplitude das intervenções e pela limitação deste artigo, não podemos ir além destas breves notas. Vale, porém, frisar que, em grande medida, o projeto Rio 2016 se aproxima muito mais do “modelo Pequim 2008”, do que de qualquer outro na história do ur-

10 O movimento popular O Metrô que o Rio Precisa produziu uma crítica bem documentada a esse projeto, que subordina todo um traçado de linhas de transporte a um único megaevento. Também o Clube de Engenharia se pronunciou diversas vezes, denunciando a inviabilidade técnica do projeto, mas o governo estadual seguiu adiante, comprometido com acordos que privilegiam determinados interesses em detrimento da maioria da população.

11 A exemplo do que ocorreu no Pan-2007 e em outros eventos, é impossível estimar precisar seu custo total antes de seu encerramento e da prolongada prestação de contas. O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman, afirma que “há cláusulas de confidencialidade com parceiros privados que impedem a publicação de todos os contratos e que as contas serão feitas ao término da Olimpíada” (Davies; Puff, 2015).

banismo olímpico, pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções, pelo volume de obras, pela natureza autoritária do projeto que removeu, até o presente, mais de sessenta mil residentes. São um retrato da atual fase neodesenvolvimentista do Brasil e da emergência mundial de um novo modelo de gestão urbana, de cunho mercadófilo e calcado em grandes operações pontuais.

## À guisa de conclusão: o futuro do urbanismo olímpico

Esse mundo globalizado produz uma racionalidade determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. É uma racionalidade que comanda os grandes negócios, que são cada vez menos numerosos mas cada vez mais abrangentes. Esses grandes negócios são de interesse direto de um número cada vez menor de pessoas, embora a maior parte da humanidade seja concernida por eles.

Milton Santos

Para os Jogos de Inverno de 2022, Oslo era a candidata favorita. Não apenas por sua capacidade de organização, poder econômico e forte tradição em esportes de inverno. O projeto Oslo 2022 reluzia no aspecto ambiental e apresentava o formidável índice de “remoção zero”. Após o faustoso e agressivo evento em Sochi 2014 (o mais caro evento esportivo de inverno da história: US\$ 51 bilhões) e das perspectivas pouco diferentes para 2018, o projeto norueguês cairia como uma luva, considerando a hipótese aqui levantada da existência de uma “balança olímpica”: tal como Londres 2012, que ocorreu após duas edições “pesadas” (alto custo ambiental e em direitos humanos), Oslo serviria para abrandar as pressões e críticas ao movimento olímpico. Mas a cidade declinou em outubro de 2014, após ampla consulta à sociedade civil. Não temos dúvida de que Oslo seria escolhida, se mantivesse a candidatura, cumprindo assim seu papel no que supomos ser a “balança olímpica” vigente.

Diante da retração do número de candidaturas, particularmente dos países de democracia avançada, para 2022 restaram ao COI apenas duas opções, ambas em regimes totalitários e de economia dinâmica e, conseqüentemente, ambas imbuídas do espírito gigantista e perdulário atualmente muito questionado. Optou-se pela experiência acumulada e pela força política e econômica de Pequim.<sup>12</sup> Se esse será um evento nos moldes de Sochi, tal como se anuncia, ainda não podemos assegurar, pois os próximos sete anos prometem novos debates e possíveis mudanças no âmbito do urbanismo olímpico.

Em suma, é cedo para afirmações peremptórias, mas os elementos apresentados aqui permitem supor sinais de desgaste do urbanismo olímpico agressivo, autoritário, monumental, espetacular e perdulário. Para mantê-lo, o sistema olímpico poderia se contentar com a limitação territorial contemporânea (Brics, potências asiáticas e exportadores de petróleo do Oriente Médio), mas há um custo político e simbólico nessa escolha evidentemente geopolítica.

<sup>12</sup> Pequim será a única cidade do mundo a sediar duplamente os Jogos de Inverno e de Verão, e o projeto anuncia elevados gastos, com abundante neve artificial. Não adiantou o forte argumento de sua adversária direta, a cidade de Almaty, dotada de neve natural, pelo slogan “Keeping it real” (algo como “Sejamos autênticos”) (Boykoff, 2015).

Aprovada em dezembro de 2014, a agenda 2020 já sinaliza alguma predisposição a flexibilizar as exigências para atrair candidaturas de nações e cidades de maior legitimidade no campo dos direitos humanos e da proteção ao meio ambiente. Essa agenda poderia estabelecer a obrigatoriedade de consulta popular em cada candidatura, conforme vinha sendo discutido no próprio seio do sistema olímpico, mas não o fez, limitando-se, na Recomendação 39, a indicar “mais aproximação com a sociedade civil”. Não devemos, porém, ignorar que a possibilidade criada por essa nova agenda, de se lançar mão de outras localidades a cada edição do evento, evitando a concentração absurda de investimentos e instalações numa única cidade, já permite a composição de projetos mais factíveis e com legados de maior extensão geográfica. Acreditamos que a publicação dessa agenda viabilizou algumas candidaturas ao longo de 2015, estacando a curva descendente que apresentamos no Gráfico 1: para 2024 (ano que não aparece no gráfico), teremos o mesmo número de cidades candidatas que a olimpíada anterior, isto é, cinco cidades postulantes. Seguindo o mesmo efeito da Agenda 2020, muito provavelmente teremos para os Jogos de Inverno de 2026 a retomada do crescimento de candidaturas, pois várias cidades já acenaram com esse interesse, incluindo a “poderosa” Barcelona, diversas cidades estadunidenses e mesmo uma possível candidatura sul-americana, na Patagônia. O critério de escolha a ser revelado em 2017 para os Jogos de 2024, bem como a natureza e o porte dos projetos concorrentes, serão decisivos para avaliar efetivamente o efeito “agenda 2020”: até que ponto atende aos protestos aqui citados e de fato reduz o gigantismo perdulário que caracterizou a história recente do urbanismo olímpico.

Alguns episódios atuais sinalizam essa perspectiva mais otimista. Vale registrar o ocorrido recentemente em Tóquio. Em julho de 2015, mediante contestação social intensa, o governo japonês decidiu pela revisão radical do projeto do estádio olímpico para os Jogos de 2020, reduzindo bastante seus custos. Imediatamente, o presidente do Comitê Olímpico do Japão, Yoshiro Mori, formalizou pedido de desculpas ao COI. Este, por sua vez, já demonstrando o novo “espírito” de tentar amenizar a desgastada imagem do urbanismo olímpico, aceitou o pedido afirmando “We highly respect this gesture”, nas palavras do próprio Thomas Bach, presidente do COI (Linden, 2015). Trata-se de uma nova política, considerando a postura draconiana até então vigente no que tange ao cumprimento estrito de todos os planos e promessas contidos nos dossiês de candidatura olímpica. A falta de transparência nos processos decisórios relativos aos Jogos 2016 não autoriza avaliações precisas, mas cremos que a profunda redução no orçamento para realização das (tradicionalmente faustosas) cerimônias de abertura e encerramento parece sinalizar esse novo horizonte global.<sup>13</sup>

Segue em vigor o “motor único” global de que fala Milton Santos (2000), perceptível na forma hegemônica e padronizada de produção da cidade olímpica, pois a máquina urbana de crescimento e todos os grandes interesses econômicos diretamente associados ao olim-

13 Essas cerimônias custarão apenas um décimo da versão londrina, de 2012. Segundo a BBC, Mario Andrada, diretor de comunicações do Comitê Rio 2016, afirma que “O tempo de esbanjar acabou. Precisamos ser criativos nas maneiras de concretizar esses cortes” (Davies; Puff, 2015). Segundo o jornal *The Guardian*, Fernando Meireles, diretor responsável pelo espetáculo, afirmou estar contente com o corte orçamentário, já que o país precisa poupar recursos para investir em educação, saneamento etc. (Thuillier, 2015). Sem dúvida alguma, um tom diferente daquele que prevaleceu desde 2009, quando se escolheu o Rio para sediar o evento.

pismo continuam vigorando, mas, diante da nova consciência antiolímpica e da desaceleração da economia mundial, esse motor demandou ajustes, num processo que supomos estar ainda em fase inicial. E, como os protestos sociais implicam uma agenda de demandas de investimentos em educação, saúde, habitação e mais transparência e participação na gestão urbana, podemos afirmar que, no novo cenário olímpico, determinados setores do capital perdem vantagens em favor do direito cidadão a uma forma de gestão urbana menos mercádófila e espetacular.

Vale registrar que há muito a evoluir no debate e nas ações, mas o atual horizonte para o urbanismo olímpico é muito melhor que o de dez anos atrás. Nesse ínterim, a crítica empreendida por intelectuais e pelo movimento social adquiriu maior visibilidade, e suas ideias conquistaram mais aceitação, resultando numa série inédita de desistências no processo de candidatura, particularmente nos últimos três ou quatro anos. Quiçá poderemos dizer, daqui a dez anos, que esse modelo de urbanismo olímpico se tornou obsoleto. Remoções em massa, gastos públicos exorbitantes, grandes impactos ambientais, falta de transparência e de canais de diálogo, quem sabe, serão bem mais raros em cada grande festa do esporte olímpico, que assim terá a oportunidade de inscrever, ainda que timidamente, seu lugar no contínuo, árduo e mais amplo processo de conquista e construção de modelos cada vez mais democráticos de gestão urbana.

## Referências

- AMARAL, S. O “*Modelo Barcelona*”, os Jogos Olímpicos-1992 e os legados para o esporte e o lazer: para pensar os Jogos Olímpicos no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2015. Relatório parcial de estágio pós-doutoral Fapesp.
- ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M.; HEYNG, C. Olympic cities: lessons learned from Mega-Event Politics. *Journal of Urban Affairs*, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2001.
- BARRETT, C.; DYCKHOFF, T. *Architecture of London 2012: Vision Design Legacy: An Official London 2012 Games Publication*. London: Dyckhoff, 2012.
- BHP BILLITON FINED US\$ 25M FOR GIFT TRIPS TO BEIJING OLYMPICS FOR FOREIGN OFFICIALS. *The Guardian*, 21 maio 2015. Disponível em: <[www.guardian.co.uk/sport/olympics2008](http://www.guardian.co.uk/sport/olympics2008)>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F.; MASCARENHAS, G. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom? *Esporte e Sociedade* (revista digital), v. 7, n. 19, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/index.html?ed=19>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BLOOR, S. Abandoned Athens Olympic 2004 venues, 10 years on – in pictures. The Report Company, 13 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/gallery/2014/aug/13/abandoned-athens-olympic-2004-venues-10-years-on-in-pictures>>. Acesso em:

- BOSTON ENDS BID FOR 2024 OLYMPIC AND PARALYMPIC GAMES. *BBC News*, US & Canada, 25 July 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-us-canada-33682648>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BOYKOFF, J. Beijing and Almaty contest Winter Olympics in human rights nightmare. *The Guardian*, 30 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/2015/jul/30/china-kazakhstan-winter-olympics-2022>>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Celebration capitalism and the Olympic Games*. New York: Routledge, 2014.
- BRAATHEN, E.; SORBOE, C. M.; MASCARENHAS, G. Brics: mega-sport events and Rio de Janeiro as a city of exception. *Tensões Mundiais/World Tensions*, v. 10, p. 348-362, 2014.
- BROUDEHOUX, A.-M. Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, v. 29, n. 4, p. 383-399, 2007.
- COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- DAVIES, W.; PUFF, J. Em meio à crise, Comitê Rio 2016 corta 30% de gastos para evitar deficit. *BBC Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151005\\_corte\\_orcamento\\_olimpiadas\\_jp\\_rb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151005_corte_orcamento_olimpiadas_jp_rb)>. Acesso em: 15 out. 2015.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, N. *SMH 2016: remoções no RJ Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- FREEMAN, J. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *REU*, Sorocaba, SP, v. 38, n. 1, p. 95-126, 2012.
- HARVEY, D. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: Amsterdã, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 36, p. 48-64, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HAYNES, J. Impacto socioeconómico de los Juegos Olímpicos de Sydney 2000. *Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport*, 2001. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es>>. Acesso em: 17 maio 2005.
- HOLZ, J.-M. (Org.). *Les Jeux Olympiques et leurs territoires*. Perpignan: Presses Universitaires de Perpignan, 2011.
- HORNE, J.; WHANNEL, G. *Understand the Olympics*. New York: Routledge, 2012.
- INTERNATIONAL OLYMPIQUE COMITE. *Olympic Agenda 2020: 20 + 20 recommendations*. Lausanne, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.olympic.org/documents/olympic\\_agenda\\_2020/olympic\\_agenda\\_2020-20-20\\_recommendations-eng.pdf](http://www.olympic.org/documents/olympic_agenda_2020/olympic_agenda_2020-20-20_recommendations-eng.pdf)>. Acesso em: mar. 2015.

- LENSKYJ, H. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propagand*. New York: State University of N. York Press, 2008.
- LINDEN, J. Olympics-IOC boss tells Japan “no apology needed” over stadium changes. Reuters, 1 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2015/08/01/olympics-tokyo-idUSL1N10C08Z20150801>>. Acesso em: 9 set. 2015.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. *Urban Fortunes: The political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MASCARENHAS, G. Os jogos pan-americanos de 1963. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011. v. 1. p. 83-97.
- \_\_\_\_\_. Barcelona y Río de Janeiro: diálogo entre modelos y realidades del llamado Urbanismo Olímpico. *Biblio 3w*, Barcelona, v. XV, p. 1-6, 2010.
- \_\_\_\_\_. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (13), 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd78/geo.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2016.
- \_\_\_\_\_. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 78, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd78/geo.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011.
- MASSEY, D. *World City*. London: Potety, 2007.
- MOBILISATION CHEZ LES ANTI-JO, 9 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hwhLBevFuq8>>. Acesso em: 15 mar. 2015
- MUÑOZ, F. Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages. *Centre d’Estudis Olímpics i de l’Esport*, Barcelona, p. 1-26, 1996.
- SANTOS, M. *Milton Santos: encontros*. Org. Maria Ângela Leite. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS JUNIOR, O.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). *Brasil: impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers/Observatório das Metrópoles, 2015.
- “THE OLYMPICS ARE DEAD”: DOES ANYONE WANT TO BE A HOST CITY ANY MORE? The Guardian, 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/2015/jul/28/the-olympics-are-dead-why-should-anyone-want-be-a-host-city-anymore>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

- THUILLIER, A. Rio 2016 Olympic ceremonies to be low-budget. Fox Sports, 22 set. 2015. Disponível em: <<http://www.foxsports.com/olympics/story/rio-2016-olympic-ceremonies-low-budget-fernando-meirelles-filmmaker-sanitation-092215>>. Acesso em: 5 out. 2015.
- TRUÑÓ, E. Barcelona, ciudad del deporte. In: MORAGAS, M.; BOTELLA, M. (Org.). *Las claves del éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92*. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996. p. 52-67.
- VAINER, C. B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 74-102.